Os comerciantes pagam um preço muito alto. Temos 13 milhões de desempregados, lojas e mais lojas fechando, empresas e fábricas fechando, uma situação muito ruim. E na época das chuvas essa situação é agravada, com todos sendo prejudicados. Não há perspectiva de lucro, não há luz no final do túnel, mas queremos ajudar São Paulo a ter mais qualidade de vida. Portanto espero que o prefeito João Doria adote nossa lei da plantação de árvores frutíferas, a Lei dos Pisos Drenantes, com bloquetes ou mesmo concreto intermediado com grama ou pedrisco.

Terminando nossa fala, Sr. Presidente, quero dizer que precisamos melhorar a qualidade de vida não só da população da capital, mas do interior. Temos cidades como Ribeirão Preto, Campinas, Santo André, São Caetano que sofrem enchentes.

Essas cidades poderiam estar utilizando esses projetos que fiz como vereador e como deputado. Por exemplo, fiz o projeto das câmeras de segurança para combater a violência.

Essas câmeras podem ser colocadas em pontos estratégicos onde tivemos ocorrência policial, estupro, assassinato e problemas até de substâncias tóxicas, que são utilizadas pelos nossos jovens - as drogas ilícitas -, além do álcool, que corre solto nas portas das universidades, das faculdades e das escolas, levando a uma epidemia.

Quero, portanto, dizer que todo esse projeto pode ser adotado por cidades do interior. Nessas cidades também há problemas. Lá, ocorrem enchentes, existem jovens no mundo da droga e jovens que se embebedam até em beira de rodovia. Lá em Botucatu, por exemplo, há postos de gasolina com vários jovens menores se embebedando e se drogando, o que é pior.

Este apelo não é apenas para o prefeito João Doria, que está modificando a cidade de São Paulo. Espero que mude bastante, que atue bastante. Agora, está com um projeto de recapeamento, o que vai ser muito importante, pois ninguém aguenta mais esse solo, esse chão de São Paulo cheio de buraco, que danifica os carros, danifica as suspensões, quebra molas e amortecedores e deixa as rodas quadradas.

O prefeito João Doria tem a meta de fazer recapeamento, o que é muito importante. Espero que o prefeito João Doria adote a nossa lei - a das plantações de árvores frutíferas em logradouros públicos e ruas -, e coloque os pisos drenantes em calçadas, estacionamentos e ruas de pouco movimento, com bloquetes, para que possamos minorar essas enchentes e o sofrimento da população. Que nós possamos diminuir esses problemas, que são tão grandes para a população de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, gostaria de pedir o apoio, a assinatura, dos 94 parlamentares a uma proposta de emenda à Constituição do Estado que estamos apresentado. Já colhemos as assinaturas da oposição. Temos 18 assinaturas.

Precisamos, porém, de 32 assinaturas, para fazer uma alteração muito importante, fundamental, na Constituição do Estado, que tem a ver com a Operação Lava Jato e com as graves denúncias de corrupção, como pagamento de propina, formação de cartel, todas essas denúncias que vieram à tona no Brasil e atingiram em cheio o estado de São Paulo, atingiram em cheio o que chamamos de tucanistão: a oligarquia do PSDB em São Paulo.

Essa oligarquia, historicamente, sempre foi blindada, principalmente pela Assembleia Legislativa. A blindagem aqui é tão profunda que até a própria Constituição do Estado faz essa blindagem, do ponto de vista legal. É por isso que o governador nunca é investigado pela Assembleia Legislativa.

Ele tem maioria absoluta aqui dentro, controla a Assembleia Legislativa. Tenho dito que a Assembleia Legislativa não passa de um puxadinho do Palácio dos Bandeirantes, um cartório, um departamento do gabinete do governador Alckmin, que tem a função de fazer a blindagem.

Existe até apoio institucional para isso na nossa Carta do Estado. Refiro-me ao Art. 49. Como o governador agora é delatado na Operação Lava Jato, será, em tese, investigado - não pelo Supremo Tribunal Federal, mas pelo STJ. Ele será investigado porque dizem estar envolvido na Operação Lava Jato. Há delações gravíssimas contra o governador, com provas, com gravações dando conta de que suas duas últimas campanhas, a de 2010 e de 2014, foram financiadas com dinheiro sujo, com dinheiro podre da corrupção. São as delações que aparecem, mas parece que não é com São Paulo, que não está acontecendo nada, não existe nenhum debate na Assembleia Legislativa sobre isso. Contudo, há uma situação inusitada porque a Constituição no seu Art. 49 diz o seguinte: "Admitida a acusação contra o governador por 2/3 da Assembleia Legislativa, será ele submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça."

Um absurdo.

Ou seja, o STJ só vai investigar o governador se nós autorizarmos; tem de colocar em votação aqui na Assembleia Legislativa. Dois terços da Assembleia Legislativa têm de votar a favor.

Nunca haverá essa aprovação. O governador aqui manda na Assembleia Legislativa, tem a maioria absoluta. Portanto, nunca haverá autorização da base do governo para que o Alckmin seja investigado pelo STJ. Isso não vai acontecer. Então temos de mudar a Constituição Estadual, por isso estou apresentando uma PEC, uma Proposta de Emenda à Constituição Estadual, para que possamos alterar o Art. 49.

Pela nossa proposta não haverá mais necessidade dessa aprovação. A redação será modificada para "Recebida a acusação contra o governador, será ele submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça nas infrações penais comuns." E essas denúncias contra o governador são infrações penais comuns, não é crime de responsabilidade. Trata-se de caixa 2, corrupção passiva, corrupção ativa envolvendo diretamente o governador. Aliás, acabou de sair no UOL que um dos delatores do alto escalão da Odebrecht diz que o governador intermediou pessoalmente o financiamento de caixa 2, desse dinheiro sujo e podre da corrupção. Isso envolve também o seu cunhado Adhemar Ribeiro, pessoa que intermediava essas negociações; envolve também o ex-secretário de Planejamento Marcos Monteiro, enfim, é muito grave o que está acontecendo em São Paulo.

Já há muitos anos estamos denunciando aqui os graves casos de corrupção, de superfaturamento, os vários indícios, no DER, na Dersa, no Metrô, CPTM, FDE, CDHU, mas a obstrução é tão grande e profunda que nada acontece aqui na Alesp. Contudo, chegou agora a Operação Lava Jato com as provas, com as delações. O delator deve ter provas senão não faria a delação, não teria sentido.

Agora, é inconcebível que a Assembleia Legislativa se cale, fique de costas para tantas denúncias e nada faça. Então faço um apelo: a Assembleia Legislativa tem de cumprir o seu papel de fiscalizar, de denunciar e de investigar e para isso precisamos imediatamente aprovar a PEC em caráter de urgência para que a Assembleia Legislativa não tenha de aprovar ou não uma investigação. O STJ tem de investigar e pronto. Se precisar da autorização da Assembleia Legislativa não haverá investigação porque há muitos anos ela está fazendo a blindagem dos governos tucanos aqui em São Paulo.

Então, faço um apelo às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados: assinem a nossa PEC. É muito importante que a Assembleia Legislativa sinalize para a população que pretende aprofundar pelo menos algum tipo de investigação. Nós estamos cumprindo o nosso papel: apresentamos a proposta, colhendo as assinaturas. Espero que os deputados e as deputadas que são realmente independentes, que têm compromisso com a população, mas não com a corrupção, possam assinar a nossa Proposta de Emenda à Constituição Estadual. Ela está aqui na nossa liderança, na nossa sala, esperando a assinatura de todos os 94 deputados para que o governador seja de fato investigado.

Eu sei que não vai ser investigado pela Assembleia Legislativa. Isso é quase que impossível, seria um milagre. Só através de uma intervenção divina isso aconteceria. Que pelo menos a Assembleia Legislativa não tenha que ser consultada para que ele seja investigado pelo STJ. Seria o cúmulo do absurdo uma situação como essa.

Peço, ao menos, que os deputados assinem a nossa PEC, Proposta de Emenda à Constituição Estadual.

Gostaria de fazer um registro importante. Amanhã haverá a comemoração do Dia Estadual de Luta pela Dignidade do Servidor Público Readaptado. Essa comemoração é feita no dia 14 de abril e é uma lei que nós aprovamos na Assembleia Legislativa, e coloca o debate sobre a grave situação dos servidores readaptados, sobretudo dos da Educação que representam a maioria do funcionalismo público, e também a maioria dos readaptados.

O servidor readaptado é aquele que teve alguma doença no exercício do seu trabalho. E na Educação isso ocorre muito por conta da superlotação de salas, da violência nas escolas, de jornadas estafantes de trabalho, e os professores acabam adoecendo. Falo dos funcionários e servidores em geral. Eles são normalmente readaptados e não podem mais trabalhar diretamente com os alunos em salas de aula. Só que os professores são marginalizados após a readaptação pelo próprio sistema, do ponto de vista salarial, enfim.

Nós temos um movimento muito forte de resistência, de denúncia, e foi criada uma associação há algum tempo: Associação dos Professores Readaptados do Estado de São Paulo, Aspresp. Teve agora uma eleição da sua coordenação e foi reeleita a professora Rosi Tomura, que vai continuar nos trabalhos. Depois tivemos a vice-presidente sendo eleita, Cleide Benedetti, de Santo André, que foi uma das responsáveis pela aprovação de uma lei garantindo aposentadoria especial para os servidores do município de Santo André.

O fato é que amanhã comemoraremos essa data, mas para nós não é uma comemoração. É um dia de debate, de luta, de resistência, sobretudo para que haja a garantia dos direitos e da dignidade dos servidores e das servidoras readaptados do estado de São Paulo. Por exemplo, as professoras não têm ainda o direito à aposentadoria especial, e nós temos um projeto de lei pronto para ser votado, um PLC que resolve essa situação. Basta a Assembleia Legislativa votar o PLC. Por isso, faço um apelo para que o nosso projeto entre em caráter de extrema urgência, porque o professor readaptado é um professor como outro qualquer: ele pertence à carreira do Magistério e tem os mesmos direitos dos outros profissionais da Educação. Ele não pode ficar de fora da aposentadoria especial. Faço então esse apelo à Assembleia Legislativa.

Quero mais uma vez cumprimentar a Associação dos Professores Readaptados do Estado de São Paulo. Essa associação é forte e está fazendo um grande trabalho no estado de São Paulo de organização dessa categoria, sobretudo pressionando o governo estadual, vindo aqui na Alesp.

Parabéns Rosi Tomura, parabéns Cleide Benedetti e a todas as pessoas que compõem essa associação e essa luta em defesa dos direitos e da dignidade dos servidores readaptados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

Encerra-se, hoje, a eleição para a diretoria do Sindicato dos Médicos de São Paulo.

É uma importante categoria, responsável por muitos dos avanços que observamos no Sistema Único de Saúde. Um sindicato que tem se colocado, claramente, ao lado dos interesses da categoria na defesa de uma remuneração adequada, com condições dignas de trabalho, fiscalizando tanto o poder público como o setor privado, sobretudo atento à situação que observamos na saúde suplementar, quando médicos trabalham nos planos privados de saúde, que deveriam estar sendo investigados pela Assembleia Legislativa de São Paulo. Foi criada uma CPI no dia 9 de dezembro de 2016 que, até hoje, não conseguiu funcionar, na medida em que o máximo que aconteceu até agora no parlamento estadual foi sua instalação com a eleição do presidente, deputado Wellington Moura, e minha eleição na condição de vice-presidente. Sequer relator nós temos definido no âmbito dessa CPI e, menos ainda, o rol de pessoas e instituições a serem ouvidas.

É claro que, dentre elas, deveríamos ter a presença do Sindicato dos Médicos de São Paulo, tal a quantidade de matérias que observamos nos seus jornais e boletins denunciando a má remuneração dos profissionais que atuam na saúde suplementar, demonstrandoa solidariedade em relação aos usuários que pagam esses planos privados de saúde e que acabam por não poder utilizá-los como deveriam e alertando para a sobrecarga que isso acarreta ao sistema público, seja em âmbito municipal ou estadual.

Eu quero, entretanto, citar correspondências que temos recebido por parte da chapa 2, que é a chapa de oposição à atual diretoria do Sindicato dos Médicos. Ao invés de fazerem um debate sobre a situação da saúde no país, que é o tema de maior relevância e preocupação da população - observado em todas as pesquisas -, que tem sido um elemento de avaliação negativa de diferentes governos, em diferentes gestões e partidos políticos.

Nós observamos que a chapa 2 adotou como tática atacar a diretoria atual do Sindicato dos Médicos, procurando obstaculizar no Poder Judiciário o desenvolvimento normal das eleições e, o que é pior, utilizando o mailing de várias associações e entidades da área médica para, indistintamente, dirigir-se a todos os médicos, sejam eles sindicalizados ou não, no sentido de nos envolver nesse debate de nível rebaixado que seus membros pretendem instalar a partir da oposição que fazem ao Sindicato dos Médicos, com sua atual diretoria.

Eu mesmo, em minha casa, tenho recebido correspondências que não condizem com o que nós esperaríamos de um sindicato dessa importância, e da categoria que deve ser representada por pessoas que tenham, minimamente, responsabilidade nas afirmações que fazem.

Até material que eu utilizei em minha campanha eleitoral para deputado estadual, na qual houve o apoio de alguns dos atuais membros da diretoria do Sindicato dos Médicos, tem sido utilizado de forma acrítica, irresponsável, para tentar jogar os profissionais contra a atual diretoria

Isso é uma bobagem, porque eu posso me orgulhar da minha trajetória como médico formado na Universidade de São Paulo, tendo mestrado em saúde coletiva pela Unicamp, tendo sido secretário de Saúde da prefeita Luiza Erundina, tendo colaborado em diferentes níveis para a produção de políticas públicas, inclusive no parlamento, em defesa do SUS. Acho, então, que tentar vincular a atual diretoria do Sindicato dos Médicos à minha pessoa e ao nosso mandato nada mais representa do que dar um atestado de responsabilidade e compromisso com o interesse público.

Dessa forma, eu não posso admitir que essa prática da chapa 2 passe incólume, exatamente por isso informo que encaminhei documento à Associação Médica Brasileira, ao Conselho Federal de Medicina, à Associação Paulista de Medicina, ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo e ao Sindicato dos Médicos, para saber quem autorizou a cessão do meu endereço e dos demais médicos para esse tipo de propaganda, se esse uso está disciplinado por esses órgãos de representação da categoria dos médicos e se há um tratamento isonômico a candidatos, seja a chapas dentro de categoria médica ou quando da disputa de mandatos eletivos de deputado estadual, deputado federal e senador. Com que direito essas pessoas têm acesso a nossos endereços e à nossa correspondência eletrônica?

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 18 minutos.

* * *

17 DE ABRIL DE 2017
47ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO, CARLOS GIANNAZI e ORLANDO BOLÇONE
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CORONEL TELHADA
Informa sua participação em evento de passagem de comando da 2ª Região Militar. Parabeniza o ex-general Santos Guerra pelo trabalho prestado à nação. Saúda o general Adalmir Manoel Domingos pelo cargo assumido. Narra ocorrência de tentativa de assalto a ciclistas, por um adolescente, na Praia Grande. Felicita-se pela ação policial do capitão Galo Rodrigues nessa ocasião, que resultou na morte do infrator. Acentua a letalidade da arma utilizada pelo jovem, na ação. Destaca os seus antecedentes criminais.
3 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Anuncia a presença do deputado federal Vicente Cândido, o qual saúda.
4 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Cumprimenta o deputado federal Vicente Cândido pela relatoria de projeto de lei que visa à reforma eleitoral. Lamenta a escassez de informações públicas sobre o reajuste das tarifas de transportes públicos em São Paulo. Relata conversas com usuários dos trens metropolitanos do Estado. Enfatiza o prejuízo trazido pela medida, aos moradores das periferias da cidade e da Grande São Paulo. Critica a decisão judicial que autorizou o aumento.
5 - CARLOS GIANNAZI
Reprova a paralisação de obra na Rodovia SP-249, no Vale do Ribeira. Informa dificuldades enfrentadas pela população com a falta de pavimentação da via. Considera que a situação prejudica o transporte da produção agrícola da região. Faz apelo às autoridades públicas pela resolução do problema.
6 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
7 - JOOJI HATO
Parabeniza ação da Polícia Militar em prisão de traficantes de drogas. Lamenta as mortes causadas pelo uso de entorpecentes. Pontua a presença dessas substâncias nas escolas. Destaca atividades da Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Aponta problemas familiares causados pelo consumo de narcóticos. Lamenta a situação enfrentada pelas pessoas na "Cracolândia".
8 - ORLANDO BOLÇONE
Faz coro às palavras do deputado Jooji Hato. Tece elogios ao Programa Recomeço, iniciativa voltada à recuperação de dependentes químicos no estado de São Paulo. Afirma o apoio desta Casa à polícia para o combate ao tráfico. Mostra apoio a ações da Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas.
9 - JOOJI HATO
Assume a Presidência.
10 - CARLOS GIANNAZI
Pede apoio dos parlamentares para alteração de dispositivo da Constituição do Estado de São Paulo que, a seu ver, favorece o governador Geraldo Alckmin, ao exigir autorização desta Casa para que denúncias contra ele sejam investigadas. Enfatiza a citação do nome do governador e de outros líderes do PSDB em delação premiada. Critica os setores empresariais envolvidos em corrupção política. Desaprova a coincidência de interesses entre o Parlamento e o governo estadual. Anuncia o lançamento da Frente Parlamentar Contra a Reforma da Previdência - PEC nº 287/16, para debater as propostas de reformas trabalhistas e previdenciárias, as quais critica. Informa a participação de representantes da sociedade civil e de órgãos de defesa dos trabalhadores no evento. Destaca a realização de paralisações no dia 28 de abril. Frisa o posicionamento político do PSOL.
11 - ORLANDO BOLÇONE
Assume a Presidência.
12 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
13 - PRESIDENTE ORLANDO BOLÇONE
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 18/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra a primeira oradora inscrita, nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados Jooji Hato e Carlos Giannazi, senhores funcionários e assessores que se encontram aqui, na Assembleia, cumprimento todos os que nos assistem pela TV Assembleia e os policiais militares aqui presentes.

Sr. Presidente, antes de entrar no assunto sobre Segurança, eu gostaria de dizer que, hoje pela manhã - V. Exa. esteve comigo - estive no Comando Militar do Sudeste, onde houve a solenidade para a passagem de comando da 2ª Região Militar.

Foi uma solenidade tocante, feita sob a garoa da manhã, e quero cumprimentar o general de divisão Antonino dos Santos Guerra Neto, que hoje passou o comando da 2ª Região Militar. É um excelente oficial do nosso Exército brasileiro que, após 44 anos de serviços prestados à nação, hoje passa para a reserva, para a inatividade.

Ao passar para a inatividade, transferiu o comando da 2ª Região Militar ao general de divisão Adalmir Manoel Domingos. Assim, quero aqui, publicamente, em nome da Assembleia Legislativa, agradecer os serviços prestados pelo nosso querido amigo, general Santos Guerra, pelos 44 anos de sua vida dedicados ao Exército brasileiro e à nação brasileira. Desejo sucesso em suas novas missões e em sua merecida aposentadoria. Desejo, ao mesmo tempo, ao general de divisão Adalmir Manoel Domingos, muito sucesso e coisas boas em seu comando e em sua nova missão, essa junto à 2ª Região Militar do Comando Militar do Sudeste.

A solenidade foi presidida pelo general Cid, do Comando Militar do Sudeste, e foi muito prestigiada. Parabéns aos homens e às mulheres do nosso Exército brasileiro.

Sr. Presidente, hoje meu assunto, mais uma vez voltado à Segurança, é sobre a vida e o dia a dia dos policiais militares. Quero citar uma ocorrência que aconteceu nesse final de semana com um capitão que trabalha no GRPAe, possivelmente piloto dos helicópteros da Polícia Militar, que trabalha na região da Praia Grande.

A situação está tão difícil para o policial militar que, hoje, mesmo de folga, ele não pode ter paz. Não sei se os senhores sabem, mas hoje, mesmo de folga, o policial militar é obrigado a andar armado. Para terem uma ideia, eu sou obrigado a andar armado 24 horas por dia. Até para ir a uma igreja eu vou armado, para ir a uma festa, tenho que ir armado.

Aí o pessoal fala que é um exagero, que é absurdo e desnecessário. Não é exagero e quero citar essa ocorrência que aconteceu nesse final de semana, mais propriamente no domingo, dia 16.

Um grupo de ciclistas estava fazendo seu passeio matinal na Praia Grande, na Avenida Almeida Vinhas, na altura do número 1.041, às nove e quinze da manhã. Entre esses ciclistas estava um capitão da Polícia Militar, devidamente uniformizado com o uniforme de ciclista, junto com um grupo, passeando e aproveitando a manhã de domingo.

Eis que, de repente, aparece um boneco armado, um vagabundo, um safado de um ladrão menor de idade. Aqueles que adoram defender menor vão dizer que o Coronel Telhada está falando mal de um menor de idade. Estou mesmo: vagabundo, safado, pilantra.

O vagabundo de 17 anos, armado com um revólver 22, se atreveu a roubar os ciclistas, mas, para azar dele e sorte nossa, o capitão Gallo Rodrigues, da Polícia Militar, estava entre os ciclistas e, pasmem, mesmo andando de bicicleta, com uniforme de educação física, ele estava armado.

Graças ao fato de estar armado ele conseguiu reagir ao roubo e matou esse safado de 17 anos. Acertou, salvo engano, dois ou três tiros no vagabundo. Dezessete anos. Coitadinho, vítima da sociedade. Coitadinho nada, é bandido, pilantra. Esse pilantra, para vocês terem ideia, estava armado com um revólver 22. Favor exibir na tela. Ali está um revólver 22.

Para quem não sabe, o revólver 22 é uma arma pequena, mas, se você tomar um tiro de um revólver 22, para achar a bala dentro do organismo, se não tiver um raio-X, tem que ser cortado inteiro, porque a bala bate nos órgãos internos e desvia, pois é uma munição leve. Esse vagabundo estava com essa arma calibre 22. Na foto, dá para ver o povo em volta, o Samu, os ciclistas e o vagabundo deitado no chão. Graças a Deus, é um vagabundo a menos para encher o saco da população.

Eu pergunto para os senhores e para as senhoras: se não fosse a ação rápida do capitão Gallo Rodrigues, como teria terminado essa ocorrência? Todos os cidadãos teriam sido roubados, ele teria levado celulares, dinheiro, bicicleta. Eu não sou ciclista, mas sei que existem bicicletas que custam três, quatro, cinco, até vinte mil reais. É um valor absurdo o preço dessas bicicletas. Tudo isso para depois trocar por 100 reais, para trocar por uma pedra de crack.

O adolescente já tinha passagem criminal. Que novidade! Isso nunca aconteceu no Brasil. O adolescente já tinha passagem criminal. É a primeira vez que acontece. Tenho certeza de que o Sérgio, que foi do SBT por muitos anos, ouviu falar nisso pela primeira vez, menor de idade com passagem criminal. O vagabundo tinha passagens criminais e já tinha sido internado - porque vagabundo não é preso, é internado, é menor de idade - após se envolver em uma ocorrência de roubo a uma residência em Mongaguá. Vejam bem o naipe do bandido que morreu trocando tiros com o capitão Gallo Rodrigues. Bandido, assaltante de residência.

Graças a Deus, o capitão foi mais rápido. Quero parabenizar o capitão Gallo Rodrigues. Desejo muito sucesso a ele. Vamos homenageá-lo. Coronel Zé Paulo, anote esse nome por gentileza. Capitão Gallo Rodrigues. Nós vamos fazer uma homenagem na Assembleia e vamos dar uma medalha para o capitão Gallo Rodrigues por ter acabado com esse safado e livrado a sociedade paulista, mais especificamente a do litoral, de mais um bandido, que só traz prejuízo à nossa sociedade. Não tenham dó de bandido, porque eles não têm dó do trabalhador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - A Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença do deputado federal Vicente Cândido. A S. Exa. as homenagens do Poder Legislativo. (Palmas.)

Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, colegas deputados, público presente, servidores e telespectadores que nos acompanham pela TV Alesp.

Antes de falar de outro fato que ocorreu hoje, queria cumprimentar o deputado Vicente Cândido. Estive com ele, há pouco, na TV Alesp, debatendo sobre a reforma política. A reforma é necessária, e não é de hoje. Há muito tempo se fala da importância, da necessidade de se fazer uma reforma política no País, mudando o sistema eleitoral, mudando o sistema de votação, mudando o sistema de financiamento, que são questões importantes e necessárias para melhorar a representação política, para aproximar o eleitor do seu representado. Nesse caso específico, através da lista, que vai baratear a campanha, e tantas outras questões, como coligação, fim do vice, tempo de mandato para o juiz dos tribunais.